

# Acabou o gradualismo, diz Malan

Sabatinado por 7 horas no Congresso, o ministro defendeu a urgência das reformas

Liliana Henriqueta Lavoratti  
e Ricardo Allan Medeiros  
de Brasília

GAZETA MERCANTIL



Pedro Malan

Ao fazer ontem a primeira defesa do pacote fiscal no Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que o governo abandonou a estratégia econômica gradualista adotada desde o lançamento do plano Real: "O gradualismo com que nós estávamos atuando deixou de ter serventia porque as condições do mundo mudaram". Malan admitiu também que o novo caminho para a defesa do Real, que inclui o pacote fiscal e o arrocho de juros, terá um custo: o aumento do desemprego. "É provável que tenhamos mais desemprego nos próximos meses", previu. Como remédio, o ministro defendeu mudanças na atual legislação trabalhista, como a criação do contrato temporário de trabalho.

Perguntado sobre por que o governo não tomou as medidas de defesa do Real antes, uma vez que os déficits fiscal e em conta corrente são problemas antigos, o ministro reagiu: "Lamento dizer que parece ser necessário sempre um 'soco no peito' para dar um fim ao espírito contemporizador e de tergiversação do brasileiro". O ministro não deixou claro quem era o "brasileiro" mencionado: os políticos e a sociedade que não vinham apoiando (no grau por ele desejado) as reformas propostas pelo governo? Ou o próprio governo, que deixou a tramitação das emendas constitucionais ficar em banho-maria antes da crise de outubro?

Malan deixou claro em sua mensagem aos parlamentares que a crise nos mercados financeiros demanda uma aceleração e aprofundamento das mudanças estruturais que já vinham sendo feitas, em um ritmo mais lento, na economia brasileira. O ministro conclamou os parlamentares a votarem as reformas

administrativa, previdenciária e tributária. Para ele, a aprovação dessas reformas é a resposta "duradoura e definitiva" para a crise.

Em uma sessão conjunta de cinco comissões da Câmara, que durou sete horas, Malan foi incisivo e até agressivo nas respostas aos questionamentos e críticas feitas pelos parlamentares, principalmente da oposição. Ele enfatizou que a grande maioria das 51 medidas do pacote fiscal tem caráter transitório e emergencial para controlar os efeitos mais diretos das "turbulências".

Ressaltando que o seu tom eloquente não significava arrogância e pretensão de ser infalível, Malan admitiu que o grau de incerteza nos mercados deverá permanecer por tempo ainda indeterminado. "Não sabemos como vai se desenrolar essa crise internacional. É mais uma razão para não corrermos riscos", afirmou. Apesar disso, o ministro reiterou mais uma vez que por enquanto não há necessidade de o Brasil recorrer a um acordo de empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Não precisamos de assistência financeira. Temos US\$ 53 bilhões de reservas internacionais e condições de equacionar nossos problemas sem bravatas nacionalisteiras", sublinhou.

O País contará com menos capitais estrangeiros no próximo ano para financiar seu déficit em conta corrente do balanço de pagamentos – de US\$ 33,3 bilhões nos últimos doze meses até outubro, equivalentes a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Mais uma vez, Malan atribuiu às reformas a solução para aumentar o nível de poupança interna e, desta forma, contrapor a menor disponibilidade de recursos externos. Ele refutou, no entanto, a acusação do deputado Ivan Valente (PT-SP) de que o ministro estaria fazendo "um delicado terrorismo" junto à base governista para se empenhar na aprovação da reforma administrativa, votada depois da sessão sobre o pacote fiscal.

Apesar da enxurrada de críticas dos parlamentares a uma possível recessão econômica em consequência das medidas adotadas em defesa do Real – principalmente a alta das taxas de juro –, Malan evitou previsões de mudanças na política monetária a curto prazo. O único horizonte vislumbrado pelo ministro para a vigência dos juros

de 43% ao ano foi o de que "com certeza, as novas taxas não irão perdurar por um ano". Na avaliação dele, quanto mais rapidamente caminharem as reformas, mais depressa as taxas cairão. Ele também garantiu que o governo mantém a atual política cambial.

"A unanimidade sobre o câmbio é a de que não se deve desvalorizar o Real neste momento. As discussões são apenas de nuances", afirmou Malan. Ele lembrou que nos últimos doze meses "foi expressiva" a desvalorização nominal da moeda brasileira. O ministro enumerou as consequências negativas da desvalorização do peso mexicano em 15%, em 1995, que resultou numa queda de 7% do PIB (a queda real foi de 6,2% em 1995) e uma maxidesvalorização nominal de 100%. De forma indireta, respondeu ao economista Rudiger Dornbusch, que anteontem previu não haver saída para o Brasil a não ser a desvalorização de sua moeda. "Nenhum economista sério está recomendando a desvalorização neste momento", disparou Malan.